

**TutPrv no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.674.769 - SP
(2020/0053388-8)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
REQUERENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCELO GLASHERSTER E OUTRO(S) - RJ076543
KARINE GONÇALVES SCARANO - SP258005
REQUERIDO : DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
- DAEE
ADVOGADOS : FAGNER VILAS BOAS SOUZA - SP285202
CAROLINA JIA JIA LIANG - SP287416
REQUERIDO : S A INDÚSTRIAS REUNIDAS F MATARAZZO
ADVOGADOS : ALEXANDRE NASRALLAH - SP141946
GUILHERME ESCUDERO JUNIOR - SP165838
REQUERIDO : SKYSET - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
LTDA
ADVOGADOS : BATUIRA ROGÉRIO MENEGHESSO LINO - SP028822
VINÍCIUS PINTO MAGALHÃES - SP113617

DECISÃO

Vistos.

Fls. 1.030/1.233e - Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência, objetivando atribuir efeito suspensivo ao Agravo em Recurso Especial n. 1.674.769/SP.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Com efeito, verifico que o Agravo Recurso Especial n. 1.674.769/SP, ao qual se pretendia conferir efeito suspensivo, foi analisado na presente data e restou não conhecido, evidenciando-se a carência superveniente de interesse processual desta Tutela Provisória.

Tendo em vista que, na espécie, a tutela provisória de urgência buscava garantir a eficácia da prestação jurisdicional pretendida no processo principal, sua utilidade não se sustenta em face do julgamento do recurso que a originou.

Dessa forma, o julgamento do recurso desprovido de efeito suspensivo prejudica a medida ajuizada com o escopo único de atribuir-lhe tal eficácia.

Nesse sentido, em casos análogos:

***PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO PARA QUE SEJA CONCEDIDO
EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO JÁ JULGADOS. PERDA DE***

OBJETO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.

1. Cuida-se de pedido de concessão de tutela provisória de urgência incidental, consistente na atribuição de efeito suspensivo aos Embargos de Declaração às fls. 1041-1053.

2. Requer o embargante "a atribuição de efeito suspensivo aos embargos declaratórios opostos nestes autos, a fim de sustar a constrição da vultosa quantia de R\$ 666.576,49 (seiscentos e sessenta e seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e nove centavos), em curso perante a instância de origem (doc. 1)." (fl. 1084, grifo acrescentado).

3. Esclareça-se que ora requerente possui os meios processuais próprios para impugnar o valor do cálculo na primeira Instância e que por se tratar de cumprimento provisório de sentença, in casu, não se vislumbra o fumus boni iuris nem o periculum in mora.

Portanto, correta a decisão monocrática, que indeferiu o pedido para que seja concedido efeito suspensivo aos Embargos de Declaração.

4. No mais, verifica-se que o agravante pede que seja concedido efeito suspensivo aos Embargos de Declaração, contudo os Embargos já foram julgados às fls. 1151-1158.

5. Com o julgamento dos Embargos de Declaração, o presente Agravo Interno perdeu o seu objeto.

6. Agravo Interno prejudicado.

(AgInt no AREsp 456.078/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 05/05/2017)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO EM TUTELA PROVISÓRIA NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. TUTELA DE URGÊNCIA INDEFERIDA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. ARTS. 300 E 995 DO CPC/2015. JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. PERDA DE OBJETO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. In casu, a Corte de origem concluiu que "o pagamento dos valores cuja reposição é buscada pela Administração não decorreu de equívoco da parte ré na interpretação e aplicação da lei, mas sim do cumprimento de decisão judicial proferida na ação ordinária nº 2002.72.00.002565-6, proposta pelo SINDPREVS/SC", sendo que infirmar a conclusão alcançada pelo Tribunal de origem demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, por força da Súmula 7/STJ, consoante assentado na decisão de fls. 1.081/1.090-e. Nesse sentido: AgRg na MC 21.917/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 1ª Turma, DJe de 24/02/2014.

2. Não obstante, é firme o entendimento no âmbito deste e.STJ, no sentido de "ser devida a restituição ao erário dos valores recebidos em virtude de decisão judicial precária, que venha a ser posteriormente revogada" (REsp 1401560/MT, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Rel. p/ Acórdão Ministro Ari Pargendler, Primeira Seção, julgado em 12/02/2014, DJe 13/10/2015; EREsp 1335962/RS, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, julgado em 26/06/2013, DJe 02/08/2013), hipótese em que não há que se falar em natureza alimentar da parcela e boa-fé na percepção dos valores, para fins de desoneração do ressarcimento ao erário.

3. Ademais, "o julgamento do recurso especial ao qual se pretende atribuir efeito suspensivo ativo torna prejudicada a ação cautelar respectiva, por absoluta perda de objeto." (AgRg na MC 21.337/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/05/2014, DJe 27/05/2014) 4. Agravo interno não provido.

(AgInt na TutPrv no REsp 1578155/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 13/10/2016)

Isto posto, **JULGO PREJUDICADA A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA** pleiteada às fls. 1.030/1.233e.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora